

PATRIMÔNIO CULTURAL, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO: INTERPRETAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE MISSIONEIRA

Cleber Magalhães Tobias¹
Carlos Eduardo Ruschel Anes²
Marisete de Mattos Morais³

Palavras-chave: Democracia; Desenvolvimento; Patrimônio Cultural; Identidade; Região das Missões.

INTRODUÇÃO

A democracia, compreendida como condição para a ampliação da participação social, do reconhecimento da diversidade cultural e da construção de identidades plurais, revela-se elemento central para compreender a trajetória das políticas patrimoniais brasileiras ao longo do século XX e início do século XXI (entre 1930 e 2026). Entretanto, essa relação não ocorreu de forma linear. Em diferentes contextos políticos, especialmente sob regimes autoritários, o patrimônio cultural foi mobilizado como instrumento de legitimação de projetos nacionais. Em contrapartida, os períodos de maior abertura democrática favoreceram o reconhecimento das diferenças culturais, a ampliação da participação social e a valorização das identidades regionais.

Partindo da compreensão de que patrimônio, identidade e desenvolvimento constituem construções históricas e políticas, busca-se analisar de que maneira os diferentes regimes políticos brasileiros influenciaram a formulação das políticas culturais e patrimoniais e seus desdobramentos na constituição territorial e identitária da Região das Missões, no Rio Grande do Sul. Argumenta-se que a evolução das políticas de preservação não pode ser compreendida de forma dissociada das transformações ocorridas na democracia brasileira desde a década de 1930. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e histórica, apoiando-se na produção de autores das áreas da ciência política, história, sociologia e políticas culturais, evidenciando assim, o caráter interdisciplinar da temática. O diálogo estabelecido com autores como Leonardo Avritzer, Steven Levitsky,

¹ Doutorando em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul, e-mail: clebermagalhaes@uffs.edu.br

² Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Universidade Federal da Fronteira Sul, e-mail: carlos.anes@uffs.edu.br

³ Doutoranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul, e-mail: marisete.morais@estudante.uffs.edu.br

Daniel Ziblatt, Stuart Hall, Eric Hobsbawm, Renato Ortiz, Muriel Pinto e Vladimir Stello permite problematizar as relações entre democracia, desenvolvimento, patrimônio cultural e identidade. A pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento, de modo que os procedimentos de sistematização, categorização e análise do corpus bibliográfico e histórico ainda estão sendo aprofundados e definidos ao longo do percurso investigativo. A partir desse percurso analítico, a Região das Missões é tomada como expressão territorial dessas transformações, permitindo compreender como a ampliação democrática favoreceu a pluralização das narrativas históricas e o reconhecimento da diversidade cultural como fundamento de processos contemporâneos de desenvolvimento territorial.

DESENVOLVIMENTO

A análise histórica evidencia que as políticas culturais brasileiras nunca foram neutras. Ao contrário, acompanharam os diferentes projetos políticos de Estado, refletindo distintas concepções de democracia, desenvolvimento e identidade nacional. Conforme D'Araujo (1999) e Ortiz (2001), desde a década de 1930 a cultura passou a ocupar posição estratégica na atuação estatal, tornando-se instrumento de integração nacional e de legitimação dos projetos de modernização conduzidos pelo governo. Durante o Estado Novo, a institucionalização das políticas patrimoniais, especialmente com a criação do SPHAN, representou importante avanço na preservação do patrimônio histórico brasileiro. Entretanto, como observam Meira (2008), Pinto (2011) e Stello (2013), esse processo esteve articulado à construção de uma identidade nacional homogênea, conduzida por um Estado centralizador. Conforme D'Araujo (1999), Levitsky e Ziblatt (2018) e Ortiz (2001) a restrição das liberdades políticas limitava a participação da sociedade na definição dessas narrativas. Nesse contexto, o patrimônio assumiu predominantemente uma função de legitimação do projeto nacional, mais do que de reconhecimento da diversidade cultural.

No período nacional-desenvolvimentista, entre 1945 e 1964, a ampliação relativa da participação política aproximou cultura, povo e desenvolvimento econômico. D'Araujo (1999) demonstra que a incorporação das massas ao debate público fortaleceu a dimensão social das políticas culturais, ainda que persistissem limitações institucionais. Observa-se, portanto, um movimento inicial de ampliação dos espaços democráticos, acompanhado por uma compreensão mais abrangente da cultura como elemento constitutivo do desenvolvimento nacional. A ditadura militar preservou a centralidade da cultura nas estratégias do Estado, mas em um contexto de forte concentração do poder político. Conforme Barbalho (1999), Couto (1999) e Ortiz (2001) o patrimônio cultural continuou sendo valorizado como instrumento de

integração territorial e de construção simbólica da unidade nacional. A interpretação de Chauí (1986, apud Barbalho, 1999) evidencia que essa unidade era produzida mediante a neutralização dos conflitos sociais e das diferenças culturais. Assim, verifica-se que o fortalecimento das políticas patrimoniais não correspondeu, necessariamente, ao fortalecimento da democracia, revelando que preservação cultural e participação política não caminham, obrigatoriamente, na mesma direção.

A inflexão mais significativa ocorreu com a redemocratização. Hall (2006), Hobsbawm (1997) e Oliven (2010) demonstram que a ampliação das liberdades democráticas permitiu incorporar novas concepções de patrimônio, identidade e cultura, reconhecendo a pluralidade de sujeitos e de memórias. Paralelamente, Pinto (2011) evidencia que o patrimônio passou a dialogar também com o turismo, a economia da cultura e o desenvolvimento territorial. A democracia deixa, assim, de favorecer apenas a preservação dos bens culturais para possibilitar a pluralização das narrativas históricas e o reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo das políticas patrimoniais.

A Região das Missões sintetiza esse percurso histórico. Conforme Gutfreind (1992), Meira (2008), Pinto (2011) e Stello (2013), os remanescentes jesuítico-guaranis passaram de objetos de preservação arquitetônica para referências territoriais, culturais e identitárias. Mais do que proteger vestígios materiais, as políticas patrimoniais passaram a reconhecer as Missões como território histórico-cultural, evidenciando que o aprofundamento democrático amplia as possibilidades de construção de identidades plurais e de estratégias de desenvolvimento territorial fundamentadas na valorização do patrimônio.

RESULTADOS, AVANÇOS E REFLEXÕES

A análise realizada evidencia que as políticas culturais e patrimoniais brasileiras não podem ser compreendidas de forma dissociada dos contextos políticos nos quais foram formuladas. Os diferentes períodos históricos revelam que as concepções de patrimônio, identidade e desenvolvimento estiveram diretamente relacionadas aos níveis de democratização da sociedade brasileira.

Nos períodos caracterizados por maior centralização estatal e restrição das liberdades democráticas, como o Estado Novo e a Ditadura Militar, predominou a utilização da cultura e do patrimônio como instrumentos de legitimação de projetos nacionais conduzidos pelo Estado. Nessas circunstâncias, a identidade nacional foi frequentemente concebida como uma narrativa homogênea, orientada pela busca da integração política e territorial.

Por outro lado, os períodos de maior abertura democrática favoreceram o reconhecimento da pluralidade cultural brasileira. A ampliação da participação social permitiu

o surgimento de novos sujeitos políticos, novas interpretações históricas e novas formas de compreender o patrimônio cultural. A identidade nacional passou a ser entendida como uma construção múltipla e dinâmica, formada por diferentes experiências históricas, étnicas, regionais e culturais.

No caso da Região das Missões, observa-se que a ampliação democrática contribuiu para uma mudança significativa na compreensão do patrimônio. Se inicialmente o foco recaía sobre a preservação dos remanescentes materiais das antigas reduções jesuítico-guaranis, posteriormente passaram a ser valorizadas também as dimensões simbólicas, culturais e territoriais associadas à experiência missioneira. Esse processo favoreceu a consolidação de uma identidade regional capaz de dialogar simultaneamente com a memória local, a diversidade cultural e as estratégias contemporâneas de desenvolvimento territorial.

Os resultados sugerem que a democracia exerce papel fundamental na ampliação das possibilidades de reconhecimento de diferentes narrativas históricas e identidades culturais. Nesse sentido, a valorização do patrimônio cultural ultrapassa sua função preservacionista e passa a constituir um importante instrumento de fortalecimento do desenvolvimento territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROJEÇÕES

O estudo permitiu compreender que a relação entre democracia, desenvolvimento e patrimônio cultural constitui um elemento central para a análise das políticas culturais brasileiras ao longo do século XX e início do século XXI. Os diferentes regimes políticos produziram distintas concepções de identidade nacional e diferentes formas de intervenção estatal no campo cultural, influenciando diretamente os processos de patrimonialização observados na Região das Missões.

Os resultados indicam que os avanços mais significativos na valorização da diversidade cultural e no reconhecimento das identidades regionais ocorreram em contextos de ampliação democrática. Embora os regimes autoritários tenham desempenhado papel importante na institucionalização das políticas patrimoniais, foi a redemocratização que possibilitou a emergência de múltiplas narrativas históricas e de formas mais inclusivas de compreensão do patrimônio cultural.

No contexto contemporâneo, marcado pelas comemorações dos 400 anos da experiência jesuítico-guarani, amplia-se a necessidade de revisitar criticamente as interpretações construídas sobre a Região das Missões, reconhecendo a pluralidade de sujeitos, memórias e experiências que compõem sua trajetória histórica. Nesse sentido, o patrimônio

cultural apresenta potencial para contribuir não apenas com a preservação da memória, mas também com a formulação de estratégias de desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BARBALHO, Alexandre. O Estado pós-64: intervenção planejada na cultura. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 15, p. 63-78, 1999.
- COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- D'ARAUJO, Maria Celina. Apresentação. In: D'ARAUJO, Maria Celina. **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Ed. FGV, 1999.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção**. 2008. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- OLIVEN, Ruben George. A cultura brasileira e a identidade nacional na década de oitenta. In: OLIVEN, Ruben George. **Violência e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010. p. 65-90. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/b8n7j/pdf/oliven-9788579820069.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2026.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. 5. ed. 3. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- PINTO, Muriel. **A construção da identidade missioneira no Rio Grande do Sul e as políticas culturais no Sul do Brasil**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2011.
- STELLO, Vladimir Fernando. **Além das reduções: a paisagem cultural da região missioneira**. 2013. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.